

Daniela Ramos Petti¹

“AQUI EU ME SINTO SUFOCADA”: TEMPO E ECONOMIA EM UM CONDOMÍNIO POPULAR DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)

De acordo com dados fornecidos pela Assessoria de Comunicação Social da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), 20.299 famílias foram removidas de suas casas em favelas do Rio de Janeiro entre 2009 e 2013 (Faulhaber & Azevedo, 2015). Muitos foram os fluxos, percursos e deslocamentos urbanos gerados pela política de remoção de favelas aplicada na última década na cidade do Rio de Janeiro. Milhares de pessoas deixaram suas casas em favelas em diversas regiões da cidade, e hoje fazem e refazem suas vidas cotidianas, na maior parte dos casos, em outros locais. Entre 2009 e 2012, dos 49 empreendimentos inaugurados pelo Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na cidade, 36 foram utilizados para receber famílias removidas de favelas (Cardoso et al, 2015). O entrecruzamento da política de remoção de favelas com o PMCMV produziu no Rio de Janeiro novas formas de morar, a partir de políticas de valoração de casas (Petti, 2020), experienciadas pelos pobres urbanos por meio do reassentamento em condomínio popular (Conceição, 2016).

Neste texto, pretendo abordar a experiência do reassentamento a partir das transformações econômicas que impactam a vida das famílias realocadas. Reconstruo os contornos da experiência do reassentamento, enfocando as formas de se fazer a vida¹, a partir de pesquisa de campo etnográfica realizada em um condomínio popular do PMCMV, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, para onde famílias de diferentes favelas foram realocadas. A política habitacional engendra novas configurações econômicas, na medida em que formas de trabalho e de gestão do dinheiro da casa são afetadas pelas novas condições de moradia inauguradas pelo reassentamen-

to em condomínio. Interrupção de atividades produtivas praticadas na favela, novas contas e taxas a pagar, somadas a um contexto de crise, desemprego e desassalarização, constituem uma sensação de incerteza², que os sujeitos experienciam na vida cotidiana. Pretendo chamar atenção para as criativas estratégias econômicas desenvolvidas a partir das capacidades imaginativas dos indivíduos para fazer a vida ("melhorar de vida", "dar futuro aos filhos"). Em meio à produção cotidiana de valor, busco analisar como eles, ao reconstituírem mundos possíveis após um processo de remoção, desenvolvem maneiras de mitigar a incerteza. Cabe ressaltar a continuidade da produção estatal da incerteza, que se materializa na vida dos pobres urbanos desde a constante insegurança da posse da terra, que culmina na remoção, até o "sufocamento" gerado pela política habitacional.

Nas seções que compõem o texto, me concentro nas trajetórias de dois moradores do condomínio popular estudado: Arlinda e seu Joca. Arlinda, chefe de família, mulher negra e mãe de três filhos, foi removida da comunidade Vila Autódromo e reassentada no condomínio, onde passou a trabalhar na calçada vendendo doces, biscoitos, balas e cigarros. Os baixos fluxos de dinheiro gerados com seu trabalho permitem apenas que Arlinda compre novas mercadorias "de pingadinho", planejando seus gastos semanalmente, separando o dinheiro da casa (supermercado, filhos e contas), da milícia³ (taxa cobrada toda semana para vender na calçada) e da mercadoria. Com frequência, faz comparações entre "o tempo de vacas gordas", quando morava na favela, e o tempo presente, em que se sente "sufocada" economicamente. Pretendo analisar como Arlinda planeja sua vida em face da incerteza, tendo sempre como horizonte "mudar de vida".

Seu Joca, idoso, homem negro e pai de 11 filhos, foi removido da comunidade Américo Rocha (Madureira), onde trabalhava como agricultor urbano no terreno de sua casa, e reassentado no condomínio, onde abriu uma mercearia na varanda de seu apartamento. A perda de sua fonte de renda, e conseqüentemente da identidade de agricultor, gerou fortes impactos econômicos e emocionais em sua vida. Apesar da interdição da prática de atividades produtivas nas unidades habitacionais estabelecida pelas regras do programa, seu Joca decidiu utilizar o pouco dinheiro que tinha após a mudança para investir na venda de balas e biscoitos em sua varanda. Aos poucos, foi adquirindo muitos clientes e aumentando suas vendas, passando a vender óleo, miojo, bebidas, produtos de limpeza, criando uma mercearia em sua casa. A preocupação com o futuro de seus filhos sempre aparece em seu planejamento econômico. Pretendo analisar a casa/mercearia de seu Joca, como mais um elemento que modula a economia local, enfocando a pluralidade de valores e as projeções para o futuro que se materializam no curso da vida cotidiana. Tempo e economia são dimensões fundamentais da análise da vida de meus interlocutores, que se engajam no contínuo processo de fazer a vida em face da incerteza.

Ambos foram removidos em decorrência de grandes intervenções urbanísticas para a construção de equipamentos esportivos e infraestruturas urbanas, cujos impactos sobre os moradores de favelas analisei em outros trabalhos (Magalhães & Petti, 2018; Petti, 2016, 2020). No caso de Arlinda, a construção do Parque Olímpico, onde ocorreu uma parte das competições durante os Jogos Olímpicos de 2016, foi a justificativa da prefeitura para a remoção da Vila Autódromo (Zona Oeste da cidade). No que diz respeito a seu Joca, assim como ele, muitos agricultores urbanos foram removidos de suas terras em decorrência da construção do Parque de Madureira, na Zona Norte da cidade. Conheci meus interlocutores durante pesquisa de campo realizada no ano de 2018 no condomínio popular onde foram reassentados. Lá morei durante 7 meses, por meio do aluguel de uma unidade habitacional no mercado imobiliário local. Assumir a condição de moradora me permitiu criar com o tempo laços de intimidade e confiança com meus vizinhos e vizinhas, dentre eles Arlinda e seu Joca. A observação participante se deu tanto na calçada, onde pude acompanhar as rotinas de vendas dos trabalhadores informais do local, como nas casas de meus interlocutores, onde travei conversas e realizei entrevistas sobre suas trajetórias e pude entrar em contato, no caso de seu Joca, com a organização espacial de sua casa/mercearia. A sensação de incerteza e de “sufocamento” atravessou as conversas que tive com muitas outras famílias moradoras do condomínio. Escolhi me debruçar sobre esses dois casos, entretanto, por entendê-los como expressões analiticamente interessantes das relações entre experiências de informalidade no trabalho e condições de moradia, cujos contornos se revelam no curso da vida cotidiana.

O “SUFOCAMENTO” DA POLÍTICA HABITACIONAL

Nascida na Paraíba (Nordeste do país), Arlinda veio para o Rio de Janeiro ainda criança junto à sua família, que buscava “oportunidades de uma vida melhor”⁴ no Sudeste. Anos depois, já mãe de três filhos e chefe de família, Arlinda morou na comunidade Vila Autódromo durante 20 anos, até ser deslocada e reassentada em um condomínio do PMCMV, localizado em área próxima à comunidade de origem. Durante o processo de remoção da favela, marcado pela produção da destruição e da precariedade característica da desabilitação como tecnologia governamental (Gutterres, 2014), Arlinda foi demitida do restaurante onde trabalhava como supervisora. “Não dava pra ir trabalhar, porque você podia voltar e a casa tá no chão. Acabei perdendo meu emprego”. Durante toda sua vida, raros foram os períodos em que Arlinda encontrou empregos de carteira assinada. Além do restaurante, também conseguiu empregos como doméstica em casas de família. De todo modo, mesmo nesses períodos, Arlinda nunca deixou de complementar a renda por meio de vendas em mercados locais (dentro e fora da comunidade). As vendas de

quentinhas, café, bolo e cerveja constituíram, durante longos anos, sua principal fonte de renda. Muitos pobres urbanos diversificam suas fontes de renda para controlar o risco, mas ainda assim é difícil obter alguma previsibilidade econômica (Villarreal, 2014), como será visto a partir da descrição das percepções e estratégias adotadas por minha interlocutora. Após o reassentamento, sem emprego e desprovida das condições materiais anteriores que lhe permitiam vender quentinhas e cerveja na favela, ela passou a buscar outra fonte de renda para arcar com as novas despesas decorrentes da formalização de taxas e contas produzida pela política habitacional. “Aqui é muita conta, eu não tinha mais dinheiro pra pagar ajudantes na cozinha, nem tinha espaço pra vender outras coisas, cerveja, bebidas”, me contou. Decidiu então colocar uma barraca de doces, balas, biscoitos, cigarros e outras pequenas mercadorias na calçada do condomínio, onde “tem muita criança e criança ama doce”.

Apesar das interdições estabelecidas pela política habitacional, que impedem a comercialização, locação e reformas das unidades habitacionais durante determinado período de tempo, Arlinda tem vontade de vender seu apartamento para morar em um lugar com menos contas pra pagar. Ela reclama diariamente das contas que paga no condomínio. “Eu não tenho como pagar a conta desse mês. Eu falei pro cara da Light⁵: ‘eu vendo bala na rua, pode levar o fio e o relógio que eu não tenho como’”, desabafou certo dia. Ela costuma dizer que os frutos de seu trabalho não cobrem os gastos que tem no condomínio. Certa vez, Arlinda me pediu ajuda para fazer uma “vaquinha online” para arrecadar dinheiro com o objetivo de comprar um carrinho de churrasquinho, hambúrguer e cachorro-quente. “Tá R\$1500,00. Infelizmente eu não tenho esse dinheiro. Por isso tive a ideia da vaquinha!”, exclamou na ocasião. Arlinda costuma dizer que precisa de algo que dê uma renda “mais grossa” do que a venda de balas, pois não tem mais conseguido “dar conta de tanta coisa pra pagar”. Conciliar a necessidade da compra de mercadorias para o trabalho com a reserva do dinheiro da casa para compras no mercado, contas, taxas condominiais e gastos com os filhos é sua maior dificuldade cotidiana. Muitas vezes, vejo as mesas onde as mercadorias são expostas um tanto vazias, assim como, em outras ocasiões, encontro Arlinda com poucas sacolas voltando do supermercado e dizendo que “só tá dando pra comprar de pingadinho, uma coisa de cada vez, aos poucos”. Comecei a perceber como os gastos da nova moradia impactam a economia de sua casa. Assim como outros moradores, ela costuma caracterizar o período em que morava na favela como “tempos de vacas gordas”. “Antes, em tempos de vacas gordas, quando eu vendia salgado, bolo, café em porta de obra, era maravilhoso. E sem contar que tinha bem menos conta pra pagar lá, né! Isso é que me mata. Agora tá muito difícil juntar dinheiro. Eu teria que trabalhar dez anos vendendo bala pra comprar esse carrinho [de hambúrguer e cachorro-quente] e nem sei se ia dar” (trecho de conversa retirado do diário de campo).

Minha interlocutora também utilizava o espaço de sua casa na favela para venda de cerveja, uma espécie de bar no quintal. A transformação habitacional promovida pelo PMCMV, além de produzir novas despesas decorrentes do processo de formalização da moradia, inviabilizou determinadas formas de trabalho e geração de renda anteriormente praticadas na favela, tanto pela configuração vertical da moradia, quanto por ser interdito em contrato a utilização da unidade habitacional para a realização de atividades produtivas. A gestão do dinheiro da casa tem como parte central as cobranças decorrentes do morar em condomínio: a taxa de condomínio, taxa de bomba d'água, taxa de incêndio e de outras pequenas reformas no espaço coletivo, o IPTU⁶, a luz, o gás e outras contas que se tornaram cotidianas na ocasião do reassentamento. Além das contas, muitos são os fatores que condicionam a vida cotidiana de Arlinda. Suas vendas, que tornam mais reais as possibilidades de alguma “melhora de vida”, que poderia ocorrer, por exemplo, por meio da aquisição de um instrumento de trabalho (como o carrinho mencionado), dependem do “movimento” da rua principal do condomínio, bem como dos preços dos mercados no entorno (gastos com a mercadoria, preços da concorrência). São afetadas também pela construção de relações de confiança, que permitem a compra e venda fiada na vizinhança, além de serem condicionadas por cálculos relacionados à cobrança semanal da milícia – grupo do crime organizado que domina a região -, como será visto adiante.

A sensação de incerteza em relação à capacidade de arcar com os novos custos da gestão da casa faz com que os sujeitos criem estratégias e improvisações criativas, imersos não em cálculos, de um lado, e afetos, de outro, mas em cálculos moralizados e afetos mensurados no contínuo processo de fazer a vida. Além das diárias reflexões sobre a compra do carrinho de Arlinda (como arrecadar, a quem pedir, como economizar, a busca de um amigo para fazer o frete gratuito ou ao menos mais barato, ou para tomar emprestado o cartão de crédito), que envolvem previsões para o futuro de uma vida mais digna do que a que se tem com a venda de balas, a participação nos mercados informais de unidades habitacionais abre para ela mais uma possibilidade de “fazer dinheiro”. Tanto a aquisição de um instrumento de trabalho, quanto a possível venda de seu apartamento nos mercados locais, possibilitariam uma “melhora de vida”, que para Arlinda significa morar em outro lugar. “Esse lugar aqui te suga, quero um lugar onde eu possa ir pra frente, produzir. Aqui eu me sinto sufocada, é muita coisa pra pagar. Não dá pra viver assim, aqui todo mundo fica pobre”, um dia me disse. A sensação de “sufocamento” produzida pelas contas e taxas é um dos principais motivos que fazem Arlinda buscar outro lugar para morar. Ela costuma lamentar bastante não conseguir juntar dinheiro para comprar o carrinho. Sempre que lamenta sobre essa impossibilidade, também reclama de não poder “melhorar de vida”.

À ESPERA DA MUDANÇA EM FACE DA INCERTEZA

“Melhorar de vida” muitas vezes é associado a voltar para a favela. Arlinda quer vender seu apartamento para comprar uma casa na Asa Branca (favela próxima ao condomínio), “onde é muito fácil achar casa e quitinete”. Uma vez ela me contou que surgiu a oportunidade de trocar o seu apartamento por uma casa na comunidade. O terreno tem duas quitinetes e uma “laje muito boa”, mas o grande problema é que “sendo troca, sem o dinheiro, como é que eu vou construir alguma coisa lá naquela laje? Com o dinheiro, eu construo; sem o dinheiro, a gente fica paralisado”, ela disse. Se o dinheiro oferece mobilidade, expressa por exemplo na possibilidade de “bater a laje” para aumentar a casa, de investimento em novos instrumentos de trabalho, dentre outras coisas, o imóvel – nesse caso, o apartamento do programa habitacional – “prende”, já que “não pode vender, não pode alugar, e ainda faz você ficar pobre, cheia de dívidas”. A ideia de “mudar de vida” demonstra o valor que a mobilidade ocupa na vida de muitos pobres urbanos. A esperança de mobilidade no futuro condiciona a capacidade de agência no presente. As relações entre esperança e agência podem ser vistas em pesquisas em diferentes contextos socioeconômicos marcados por incertezas (Verdery, 2017). Esperar por um futuro melhor faz com que as pessoas improvisem ações e estabeleçam relações, permeadas por intervenções criativas em um jogo de diversas escalas temporais. Sempre que vejo Arlinda prestes a perder as esperanças em relação à compra do carrinho para o trabalho, percebo que ela aciona o “tempo de Deus” para seguir esperando um futuro melhor, como demonstra o diálogo que abaixo reproduzo.

— Mas como diz a Bíblia, tudo tem seu tempo. Se eu ainda não consegui mudar de vida, comprar meu carrinho, é porque Deus acha que não chegou minha hora ainda. Outro dia, escutei uma palavra que era pra mim: se Deus ainda não te deu nada, é porque você ainda não está preparado pra receber — ela disse.

— Mas como se prepara? — perguntei-lhe.

— De várias formas. Às vezes, Deus vai te dar, e se você não tá preparado, você vai desperdiçar tudo. Aí, de que adianta ele te dar? Ou então, você não sabe administrar e vai perder. Se você não sabe administrar, como ele vai te dar? Você ainda não está preparado — respondeu.

Arlinda frequenta a Igreja Universal do Reino de Deus, uma denominação neopentecostal. Os lamentos e expectativas para o futuro estão fortemente vinculados aos valores da cosmologia cristã, que baseia o mundo de minha interlocutora. A convicção na necessidade de aguardar o “tempo de Deus” faz com que ela siga buscando maneiras de conseguir dinheiro para o carrinho, por mais que pense muitas vezes em desistir. Mais do que isso, o tempo do merecimento faz com que ela busque se “preparar” cada vez mais para saber administrar e não desperdiçar as oportunidades oferecidas por Deus. Para se preparar, além de saber administrar o dinheiro, é também importante parar de “reclamar da vida” e agradecer pelo que tem. Diferentes ordens de valor participam das avaliações de Arlinda sobre a vida cotidiana

de sua família. Como afirma Villarreal (2014), os atores se baseiam em diferentes *frameworks* em seus cálculos e valorações cotidianos. “Na maioria das vezes, esses *frameworks* não envolviam cálculos explícitos referentes a argumentos racionais, mas antes implicavam valores e suposições incorporados.” (Villarreal, 2014: 34, tradução nossa).

Arlinda divide sua vida em dois momentos: quando era casada e quando se livrou do marido e passou “a não depender de homem nenhum”. Nas duas fases de sua vida, o sofrimento aparece como um idioma por meio do qual minha interlocutora se expressa. Depois que terminaram os gastos básicos com a construção da casa na favela onde moravam, ela passou a guardar o dinheiro que ganhava com suas vendas para construir uma quitinete e sair de casa com seus filhos, se livrando do jugo do então marido. Ainda assim, após a separação, o sofrimento continuou a ser uma constante em seus relatos, seja pela perda da sua casa e saída da favela, seja pelas dificuldades econômicas e pouco sucesso na venda de balas, devido, especialmente, à crise econômica que o país enfrenta, sobre a qual ela sempre emite muitas percepções cotidianas.

A verdade é que tá ruim pra todo mundo. Antigamente, fazia fila de criança aqui pra comprar bala. Você percebe que tá ruim pra todo mundo, porque as crianças não têm nem mais um real pra bala. As crianças passam aqui [e] ficam só olhando as balas, só que a mãe não tem pra dar, porque o salário tá atrasado ou foi demitida ou tá afundada em dívidas, aí não tem como. Você vê pelo mercado que tá sempre vazio, vivia cheio, agora não tem nem mais fila no caixa (trecho de conversa retirado do diário de campo).

Acho muito interessantes as percepções que Arlinda constrói sobre a crise econômica, a partir de seu cotidiano em contato com seus vizinhos e clientes na calçada⁸. Apesar de tanto sofrimento gerado pela crise, preparar-se para “receber de Deus no tempo certo” significa também deixar a vida aberta à Sua vontade. A vontade de Deus é mais forte do que a vontade de qualquer pessoa. Estar aberta e reconhecer os presentes de Deus é central para se preparar para receber novamente. Apesar de sua plena confiança de que Deus um dia lhe proporcionará uma oportunidade que a permita realizar uma grande mudança de vida, a sensação de “sufocamento” vivida no condomínio a faz lamentar e reclamar bastante. Além das despesas formais, as cobranças da milícia impactam cotidianamente o orçamento doméstico de minha interlocutora. Normalmente, ela separa logo no início da semana a parte da milícia, pois, como ela diz, “se eu não pago direitinho, eu posso perder meu ponto, ou coisa pior”. É comum observar minha interlocutora separar quantias do que recebe dos clientes de forma a organizar os destinos de cada bolinho de dinheiro. Toda semana, ela também separa o dinheiro do refrigerante que vende para dar ao fornecedor (que passa em todos os comerciantes às sextas-feiras), com o objetivo de “não misturar com o que vai pra taxa de condomínio”. O dinheiro homogêneo, do ponto de vista dos bancos e outras instituições financeiras, é plural na vida cotidiana das pessoas (Zelizer, 1994).

Certo dia, ela comentou sobre algumas de suas despesas semanais. Reproduzo diálogo que tivemos abaixo:

- Faço uns R\$120,00 na semana — me disse.
- Ah, uns R\$500,00 por mês, então? — perguntei.
- É, por aí, porque nunca dá pra saber, né? Tem estado muito fraco, depende do movimento. Só no fim da semana que eu separo o que é pra mim, pro mercado, né, porque eu compro mercadoria quase todo dia; não tenho um grande estoque, compro tudo aos pouquinhos.
- Entendi. No mercado também, né? Você vai quase todo dia? — perguntei.
- É, só dá pra comprar uma coisa de cada vez, 1 ou 2 kg de cada coisa.

Não ter dinheiro guardado para “investir” a longo prazo e “fazer estoque” é uma condição de sua vida econômica que faz com que, tanto em casa, como no trabalho, as coisas sejam compradas aos poucos, “de pingadinho”⁹. Apesar das contas serem pagas uma vez ao mês, a regulação da milícia e as possibilidades de repor a mercadoria fazem com que ela pense na gestão do dinheiro a partir da semana como unidade de tempo. Como verificou Villarreal (2014) em pesquisa realizada no México, muitas famílias tomam a semana como unidade temporal a partir da qual realizam o planejamento econômico. Ao se referir ao caso de uma interlocutora específica, afirma:

“Licha conta sobre a ansiedade que ela sentiu ao não saber se sua família terá dinheiro semana que vem ou mesmo no dia seguinte. Margens para planejamento são escassas. É difícil fazer estimativas diárias, porque existem variações significativas entre um dia e o outro, mas o importante é ‘fazer isso ao longo da semana’. Portanto, assim como Licha, a maioria de seus vizinhos faz seus cálculos com base na semana.” (Villarreal, 2014: 34, tradução nossa).

Durante a pesquisa, entrava em contato diariamente com as angústias de Arlinda em relação a ter dinheiro na semana que chega para repor a mercadoria e fazer compras no supermercado. Todas as ideias que tem em relação a vendas fora do condomínio, que a possibilitariam “fazer mais dinheiro”, são inviabilizadas por sua incapacidade de “investir”. O pouco capital de que dispõe não lhe permite “fazer estoque de mercadorias”. Isso fez com que Arlinda tivesse dificuldades para vender cerveja no carnaval, já que de início mal tinha dinheiro para comprar um engradado. A incapacidade de “investir” – que a faz viver de “pingadinho” – sempre aparece como um elemento em face do qual ela precisa criar e inventar formas de “fazer dinheiro” com a pequena quantia ao seu dispor.

Além da dificuldade de “investir e fazer estoque”, ela leva em conta as diferentes dinâmicas socioespaciais características dos locais onde escolhe para trabalhar. Vender na calçada do condomínio demanda cálculos e estratégias distintas de quando se vende “na rua”. Múltiplos atores e contextos são levados em consideração quando do exercício imaginativo sobre novas possibilidades de “fazer dinheiro”. Além das ideias para “fazer dinheiro”, percebe estratégias para “economizar”. Arlinda possui um conhecimento refi-

nado sobre preços e promoções dos supermercados no entorno do condomínio. Com esse conhecimento, minha interlocutora separa um ou dois dias na semana para ir em cada um dos três supermercados mais próximos com o objetivo de aproveitar as promoções. “Cada dia trago um pouquinho de cada coisa pra casa”.

Na política da vida ordinária, minha interlocutora engaja-se em diversas relações que possibilitam “fazer dinheiro”, assim como busca caminhos para “economizar” a partir de um processo de aprendizado em relação às economias locais (a capacidade de compra dos clientes, os supermercados, os preços na rua). Além disso, a condição de desemprego de Arlinda, e da maioria dos que conheço no condomínio, a impulsiona a se engajar em muitos trabalhos ao mesmo tempo. Arlinda só conseguiu comprar as caixas de refrigerante em determinada semana, devido à comissão de R\$200,00 ganha com a venda de *babydolls*. Discorrer em detalhes sobre sua vida permite compreender um pouco do cotidiano de pobres e trabalhadores urbanos em um contexto de desemprego, desassalarização, desestabilização e crise, que toma forma nas próprias percepções dos atores sociais sobre a casa, sobre a rua, sobre as possibilidades de “melhorar de vida”.

UM AGRICULTOR EM APARTAMENTO

Seu Joca tem 63 anos e veio do Norte para o Rio de Janeiro pela primeira vez em 1978 para vender sementes trazidas de sua terra, como bortalha e coentro – raras no Rio de Janeiro –, e comprar tecidos, sobretudo toalhas, e painéis de alumínio para revender no Norte. Seu Joca sempre foi agricultor, assim como seu pai. Decidiu vir de vez para o Rio em 2008, quando se instalou no morro do Dendê, na Ilha do Governador, com sua esposa e filhos. “Ainda no Dendê, eu comecei a trabalhar numa horta em Rocha Miranda. Eu alugava uma parte lá de um senhor que alugava do dono. O dono vendeu, o parceiro não quis mais e perguntou se eu queria ficar por conta. Aí ele me vendeu o terreno, que tem 5805 metros, com duas casinhas dentro” (trecho de entrevista realizada em 2019).

O terreno era espaçoso e tinha duas casas. Foi então que seu Joca passou a morar no mesmo local em que trabalhava. Durante anos, a rotina de seu Joca se iniciava às 5 da manhã, horário em que já começava a se preparar para trabalhar na terra. Após o almoço, ao meio-dia, um cochilo na rede, posicionada embaixo do grande pé de carambola, era central para poder seguir com o trabalho na parte da tarde. “Isso é uma das coisas que eu mais sinto falta. O pé de carambola da minha casa fazia uma sombra maior do que esse apartamento”, ele me contou com nostalgia. Seus principais clientes eram feirantes de muitas regiões que, segundo ele, deixaram de comprar no Ceasa (Central de Abastecimento Agrícola) e optaram pela sua horta, devido à qualidade de sua mercadoria. “Dava um dinheirinho. Era ótimo, não fazia menos

de R\$100,00 a diária. Às vezes mais de R\$200,00. No fim do mês, conseguia guardar uns R\$2000,00. Me sobrava dinheiro”, certa vez me disse.

A ameaça de remoção se concretizou rapidamente na comunidade de seu Joca, que se localizava em um terreno da Light “enorme, que ia de Madureira até a Av. Brasil, com milhares de famílias”. Alguns eram agricultores urbanos e outros, apenas residentes, em sua maioria de barracos. O objetivo da prefeitura com as desapropriações era a construção de parte do atual parque de Madureira (parque urbano). “Eles bateram lá já com as obras começadas, dizendo que a gente tinha que escolher o apartamento ou 40 mil”, seu Joca me contou. No pouco tempo que tiveram, os agricultores locais procuraram imóveis e terrenos próximos à região, porém “não dava pra achar nada que fosse 40 mil. Era impossível”. Por esse motivo, muitos moradores aceitaram o apartamento, inclusive meu interlocutor. Com a indenização ofertada pela Light para compensar a perda de suas mercadorias, seu Joca comprou um terreno em Seropédica (RJ), onde vem construindo uma casa, na qual deseja morar no futuro. Seu objetivo com esse investimento é retomar as atividades de agricultura, das quais sente falta. O terreno ocupa quatro lotes de terra, onde seu Joca já começou a fazer uma grande plantação.

Ao se referir à nova vida em condomínio, ele me disse: “aqui a gente fica carregado, muita coisa pra pagar. Eu tive muito prejuízo na minha vida vindo pra esse apartamento”. O prejuízo ao qual se refere é de muitas ordens. Prejuízo financeiro, devido à perda de seu trabalho e renda. Prejuízo físico-emocional, devido às mudanças de rotina, que afetam diretamente seu corpo. Desprovido de dinheiro suficiente para acelerar a obra da casa em Seropédica e afrontado pelos custos da nova realidade habitacional, seu Joca passou a vender mercadorias em sua própria janela, apesar da proibição existente. Ele me contou que se sente escravo do trabalho na nova configuração da mercearia no apartamento. “Eu tenho que abrir todo dia, senão não consigo pagar as contas. Fico o dia inteiro, não tenho descanso e não tenho como botar alguém pra me ajudar”, comentou. A sensação de sufocamento é sentida no corpo com sintomas como dores, cansaço e estresse, expressões do trabalho “escravo”. A possibilidade de montar uma mercearia o animou a escolher o térreo para morar. Segundo ele, essa seria a única oportunidade para poder ter uma mínima renda mensal. “Vim pra cá, fiquei sem rumo, deprimido, como um cachorro sem dono”, me descreveu os primeiros momentos após a mudança.

O reassentamento fez com que ficasse “sem trabalho, sem dinheiro, sem plano”. A condição de incerteza da vida, marcada pela perda do trabalho e da renda e intensificada pela nova configuração econômica inaugurada pelo reassentamento, suscitou em seu Joca reflexões sobre o futuro. Esperar pela possibilidade de ter uma vida “mais tranquila” em Seropédica¹⁰, na medida em que temia não ter mais disposição corporal para o trabalho no decorrer dos próximos anos, impulsionou meu interlocutor a instalar a mercearia em sua casa. Como todo ator social, seu Joca engendra suas ações e decisões a

partir de sua capacidade imaginativa em relação ao futuro, ilustrando a sobreposição que ocorre entre a economia da esperança (Miyazaki, 2017) e a economia doméstica¹¹. Com o pouco dinheiro que tinha na conta, decidiu comprar uns sacos de pipoca e biscoito, utilizando R\$700,00 dos R\$1500,00 que possuía. Os pequenos lucros iniciais de suas vendas estimularam seu Joca a investir em outros produtos. “O pessoal foi comprando, pedindo e eu fui ampliando”, me contou. Ele sempre ressalta que está decidido a vender o apartamento assim que a casa de Seropédica ficar pronta.

Faço questão de pagar tudo, sair daqui limpo pra vender. Eu penso no futuro, tenho filhos com seis mulheres, prefiro vender. Já tô dividindo o terreno lá em Seropédica pra cada um. O apartamento pode dar briga, querer tomar um do outro. O terreno dá pra dividir pros 11. O apartamento, não. Muitos dizem que não se vende imóvel, mas eu quero sossego, aqui eu vivo estressado. Eu penso que amanhã ou depois eu não vou ter condições de pagar, aí vão tomar de mim (trecho de entrevista realizada em 2019).

São duas as projeções temporais que baseiam sua decisão de vender o apartamento. A primeira tem relação com seus filhos que, no futuro, podem entrar em conflito pelo imóvel. A obrigação e responsabilidade parental para com os filhos é um fator cultural que influencia as decisões de meu interlocutor em relação à casa¹². Vender o apartamento, além de evitar conflitos entre seus filhos, permite que seu Joca transmita valor para a geração familiar posterior à sua, como “os pais têm que fazer”. Além do tempo do conflito familiar, figura em sua criação imaginativa em relação ao futuro o medo de não conseguir arcar com os custos característicos da nova forma de morar estabelecida pela política habitacional. “Não ter condições de pagar” as despesas do apartamento é um receio que aparece em conversas cotidianas com muitos moradores do condomínio. A economia da esperança, que se desenrola nos espaços intersticiais entre o real e o irreal, por meio de ficcionalizações do que está por vir, torna-se mais uma camada do repertório de ações, decisões e práticas nas quais se engaja meu interlocutor.

TEMPO E ECONOMIA NA CASA

A radical transformação da economia doméstica produzida na vida dos antigos moradores de favelas pelo PMCMV suscita novas formas de gestão do dinheiro da casa, permeadas pela criatividade dos atores, que se manifesta tanto nos novos usos do espaço da casa, quanto nas ações e decisões econômicas temporalmente condicionadas. No caso de seu Joca, o espaço de moradia se transforma em espaço de trabalho (a venda), para converter a casa em capital a ser reinvestido. Ao ditar as possibilidades do que esperar do futuro, a incerteza marca as circunstâncias em meio às quais seu Joca realiza seu planejamento. Ao estudar o planejamento econômico de famílias americanas que têm como objetivo enviar seus filhos para a faculdade, Zaloom (2018) atenta para as relações entre capitalismo, família e noções de futuro. As

formas como o capitalismo organiza o tempo forjam a racionalidade das famílias e seus planos (Zaloom, 2018: 249). As “projeções ficcionais” em relação ao futuro são narrativas estruturadas que abarcam também questões morais.

Ficções projetivas são histórias morais que organizam visões de futuro para atividades econômicas no presente. Planejar requer a antecipação de um conjunto de condições, custos educacionais potenciais, renda, despesas futuras e de como a economia mais ampla irá se desenvolver. Essas projeções são, então, inseridas em um modelo, o qual pode ser explícito, mas também pode operar sem qualquer articulação. O modelo depende da definição de uma condição inicial, de uma meta, do estabelecimento de uma linha temporal e da variedade das condições que podem afetar o resultado. O modelo gera previsões sobre os sucessos futuros ou falhas, aqui relacionadas com a possibilidade da família ser capaz ou não de pagar as parcelas das despesas educacionais. Essas projeções definem um curso futuro. (Zaloom, 2018: 241, tradução nossa).

Com seus planos, previsões e reflexões sobre obrigações morais, seu Joca define um curso futuro somente possível devido à sua habilidade de “mexer com dinheiro”. A instalação da mercearia gerou a necessidade de rearranjar os espaços e objetos da casa. Sofá, armários, mesa e televisão foram enviados para o terreno em Seropédica para esvaziar os cômodos. A cozinha e a sala foram esvaziadas para se tornarem espaços de estoque das mercadorias, que passavam a chegar cada vez em maior quantidade com o avanço das vendas. Logo após o reassentamento, seu Joca vendia produtos básicos como café, óleo, ovos e açúcar, que comprava das centrais de abastecimento do Ceasa, já que o supermercado mais próximo ao condomínio ficava a 15 minutos de caminhada, à época. Essa foi uma fase em que pôde arrecadar muito dinheiro, já que sua mercearia funcionava como o único mercadinho do local sem concorrência. Com a construção de um supermercado ao lado do condomínio e a abertura de outras mercearias no local (traços do desenvolvimento de uma região urbana), as vendas de seu Joca reduziram bastante. Hoje, o “grosso do dinheiro” é fruto da venda de balas e doces para as crianças. “Aqui não dá pra fechar domingo, sábado, segunda, porque as outras vendas fecham. Se eu tiro folga, não pago minhas dívidas. Hoje eu tenho menos lucro, porque abriu o mercado, as barracas”, uma vez me disse.

“Aqui eu não tô vivendo” é uma frase que escuto bastante dos moradores do condomínio, que se sentem “sufocados” pelas despesas e, conseqüentemente, pelo excesso de trabalho necessário para pagar as contas. Os contornos de uma vida possível são borrados na forma urbana condomínio. A radical mudança da economia doméstica, em seu sentido amplo, que se refere não apenas ao dinheiro da casa, mas a todos os elementos que constituem essa nova forma de morar, tem impactos também no próprio entendimento sobre o que é viver, na medida em que formas de vida foram devastadas e são refeitas em um novo contexto. A concorrência alterou os ganhos diários e mensais de meu interlocutor. Segundo ele, quando o condomínio havia acabado de inaugurar, seus ganhos eram revertidos na obra da

casa em Seropédica, “depois que eu pagava todas as contas”. Hoje, “o dinheiro só dá pra morar”. Na hierarquia de prioridades que conforma a gestão do dinheiro da casa, seu Joca paga primeiro as contas e as despesas de alimentação, seguidas do pagamento das contas de sua ex-esposa – que mora no apartamento ao lado e é dependente financeiramente dele –, e da pensão de suas filhas, para então investir o dinheiro em mercadorias e, por fim, na continuidade da obra em Seropédica.

A casa conforma formas de vida. Na antiga casa na comunidade, que também consistia em espaço de trabalho, a rotina de meu interlocutor era ditada pelos ritmos da agricultura caseira. Seu Joca acordava cedo para trabalhar em sua horta no quintal, assim como se deitava quando a noite caía, pois seus clientes batiam à porta apenas durante a tarde. As árvores existentes no espaçoso quintal permitiam um cochilo após o almoço. Instalar a mercearia na varanda do novo apartamento não alterou apenas a gestão do orçamento doméstico, como também as funções de cada espaço da casa e os tempos da vida ordinária. Para conseguir pagar as contas e taxas relativas à nova realidade habitacional, meu interlocutor transformou a sala e a cozinha da casa em locais de armazenamento de mercadoria e a varanda em balcão de vendas. A mercearia em apartamento faz com que seu Joca se sinta “escravo do trabalho”.

A partir do caso particular de uma casa, entro em contato com formas de gastar, de ganhar, de manter e de trocar operadas por um ator social em relação com outros. Assim como Motta (2014), entendo a casa como parte ativa das percepções temporais, das formas de organização das temporalidades e das noções e expectativas de futuro articuladas pelos sujeitos que a habitam. A autora demonstra que desconstruir a oposição espaço público-espaço privado faz-se necessário para pensar o importante papel da casa na economia local. A varanda de seu Joca, enquanto um espaço híbrido, reflete os trânsitos entre o que é considerado público e privado, ao funcionar tanto como espaço onde se mora, quanto como balcão de vendas. A sala e a cozinha, além de desempenharem funções de reprodução da vida, como a preparação de alimentos e o descanso no sofá, funcionam enquanto espaços de estocagem de mercadorias trocadas com o público¹³. A casa/mercearia de seu Joca cumpre importante papel na economia local, papel esse que sofre alterações no decorrer do desenvolvimento da região urbana onde está inserida (com o surgimento de mercados e outros comércios, por exemplo). Olhar para a transformação da casa significa atentar para as formas pelas quais as pessoas cultivam estratégias futuras em relação a novos ganhos em dinheiro, mas também a valores outros que não o monetário (Cavalcanti, 2009). As estratégias de compra de mercadorias, o uso do dinheiro para investir na obra em outro terreno, bem como a projeção de divisão de bens e quantias em dinheiro entre os filhos, demonstram como inúmeras ordens de valor misturam-se na gestão da casa. As relações de parentesco, que carregam valores morais relativos às obrigações do pai em relação aos filhos, participam da gestão dos

valores monetários incrustados na casa. A casa é feita e refeita, em suas relações com agentes tomados como de fora e de dentro do espaço doméstico, a partir das modulações de uma economia da esperança – aquilo que se espera do futuro –, que baseia os agenciamentos das formas de gestão do espaço doméstico, onde muitas ordens de valor encontram-se em interação.

Fica clara a estreita articulação entre fluxos de dinheiro e obrigação moral na família (Silva, 2017: 100), bem como entre casa e trabalho. Para Alexander et al. (2018), a casa é o lugar do encontro entre a política econômica e as moralidades e afetos cotidianos. A casa é também um lugar perpassado por economias morais, onde as concepções dos sujeitos sobre normas e moralidades se entrelaçam com processos econômicos. As emoções e moralidades também estruturam *frameworks* monetários, o que pode produzir regimes de valor¹⁴ distintos, a depender do contexto sociocultural em questão (Villarreal, 2014: 30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valladares (1980) demonstrou que nos anos 60 e 70 os favelados reassentados em conjuntos habitacionais também apresentavam como uma das grandes dificuldades da vida cotidiana arcar com os novos custos da moradia (contas, taxas e parcelas do financiamento). A autora também ressaltou que a favela seguia sendo a solução para o problema da habitação encontrada pelos pobres urbanos, ao analisar o ciclo vicioso da favela ao condomínio e de volta para favela. Durante a pesquisa, pude ver diversos moradores retornando para áreas de favela, devido ao alto custo de vida no condomínio. Nos anos 60 e 70, “passar a casa”, por meio de cessão de direitos, se constituía como uma boa saída para famílias com economias instáveis. No escopo do PMCMV, muitas famílias também vendem suas unidades habitacionais, mesmo durante o período em que isso é interdito pela lei. A favela ainda representa a alternativa mais viável economicamente para as populações de baixa renda das grandes cidades (Valladares, 1980: 81). Assim como a autora, fico surpresa em ver a rotatividade dos moradores do condomínio em face de uma política que tinha como objetivo fixar o favelado a um território. O que servia para morar passou a servir para vender (de um bem de consumo a um bem de capital), tendo em vista a valorização dos preços de venda e aluguel das unidades habitacionais nos mercados que se formam (dado relevante para pensar ambos os períodos históricos).

Observar o reassentamento, de um ponto de vista etnográfico, em suas dimensões espaço-temporal e econômica, permite perceber como os atores sociais agenciam os governos de suas vidas. Economia aqui não é tomada como uma esfera apartada da vida. Parte-se de formas de vida que são também formas econômicas (De L’Estoile, 2014), que se associam no curso do cotidiano a valores, sentidos, relações e tempos de outras ordens (religião, afeto, família, vizinhança etc).

Sentindo-se “sufocada” pelas contas a pagar, Arlinda busca mitigar a sensação de incerteza por meio de formas cotidianas de ganhar, gastar, trocar e comprar, separando dinheiros, planejando novas formas de trabalho, tendo em vista seu grande objetivo de “melhorar de vida”. As percepções sobre a crise dão inteligibilidade ao sufoco econômico expresso pela frase “tá ruim pra todo mundo”. As expectativas em relação ao futuro se baseiam na espera pelo “tempo de Deus”, diretamente associado à capacidade do sujeito de se propagar para receber a bonança. Como afirma Han (2011), muitas vezes os recursos econômicos são também recursos temporais para espera do possível. A vaquinha para a compra do carrinho, as ideias para vendas durante o carnaval, bem como a estratégia de comprar mercadorias e suprimentos para a casa “de pingadinho”, são também formas de fazer o tempo da espera de uma mudança. A espera pela mudança de vida é ativa, feita na “viração” da vida cotidiana, nos termos de Telles (2006), em meio a oportunidades e arranjos que possibilitem “fazer dinheiro”, em contexto em que as possibilidades de vida são distribuídas de maneira desigual (Butler, 2006).

É na casa onde se pode acompanhar a reprodução da vida, entendida aqui como o amálgama de relações, trocas e práticas que permitem às pessoas habitarem o mundo – formas de fazer a vida ou de produzir o valor da vida (Narotzky & Besnier, 2014). A clássica oposição entre produção e reprodução social não se mostra interessante para a análise da casa/mercearia de seu Joca. A partir de sua trajetória, pode-se perceber as diversas temporalidades expressas na casa, como, por exemplo, as projeções de uma vida futura. A casa aqui carrega diferentes escalas de valor, que se entrelaçam nas ações, expectativas e decisões cotidianas, como nos agenciamentos econômicos tendo em vista a transmissão de bens que garantam o futuro dos filhos. A gestão do dinheiro da casa é condicionada pela nova forma de morar produzida pela política habitacional.

Tempo e economia são dimensões fundamentais da análise, na medida em que se condicionam mutuamente nas formas de fazer a vida de meus interlocutores. Arlinda é levada a se planejar a partir da semana como unidade temporal, já que só consegue ganhar e comprar “de pouquinho em pouquinho”. Além disso, precisa se adaptar às cobranças semanais da milícia enquanto mais um ator que regula o espaço. Seu Joca, por outro lado, baseia suas formas de “fazer dinheiro” nas projeções para o futuro que cultivava para seus filhos. Ao estabelecer novas formas de morar, a política habitacional afeta também as configurações econômicas dos pobres urbanos. Da insegurança da posse da terra na favela ao “sufocamento” em condomínio, a produção estatal da incerteza condiciona a vida cotidiana de sujeitos que, por meio de agenciamentos espaço-temporais e econômicos, se esforçam para tornar a vida ao menos habitável.

Daniela Ramos Petti é graduada em Ciências Sociais pela Fundação Getulio Vargas, possui mestrado em Sociologia (com concentração em Antropologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente cursa um doutorado em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional da UFRJ, além de um doutorado em Sociologia na Escola Interdisciplinar de Altos Estudos Sociais (IDAES) da Universidade de San Martín (UNSAN), na Argentina. Realiza pesquisas etnográficas a respeito dos seguintes temas: moradia popular, movimentos sociais urbanos e economias populares.

NOTAS

1. A categoria “fazer a vida” é fruto de esforços antropológicos no sentido de desnaturalizar a vida, a entendendo não como um meio, mas em si mesma, a partir de sua diversidade e seus processos. A forma como utilizo a categoria parte da perspectiva de que o processo de se fazer a vida abarca o termo em todas as suas dimensões: moral, social, cultural, biológica etc. Fazer a vida envolve também práticas econômicas, sendo a economia entendida aqui em seu sentido amplo: conjunto de comportamentos, redes de interdependência, formas de valoração diversas, relações interpessoais, manutenção da casa etc. A vida não é dada, mas se faz em um contínuo processo, cujo cerne são as relações travadas entre os seres. Me referencio tanto nos trabalhos que expressam a virada da antropologia para a vida (Das, 2007, 2018; Han & Das, 2016; Pina-Cabral, 2018), como nos debates que se desenrolam no âmbito do Núcleo de Estudos de Cultura e Economia da UFRJ, em diálogo especial com Federico Neiburg.
2. O conceito de incerteza é abordado de formas diversas na literatura sobre o tema. Por um lado, pensa-se a incerteza em relação à opacidade característica das situações sociais (Berthomé et al., 2012). Essa abordagem enfoca o caráter produtivo da opacidade nos quadros de interação social, não apenas tomando a indeterminação como sendo composta por meros acidentes (ocasiões de exceção), mas pensando como os atores sociais cultivam e navegam em meio à incerteza. Por outro lado, pensa-se uma dimensão da incerteza que é constitutiva das formas de vida. Para Das e Han, a sensação de indeterminação constitutiva da vida está relacionada à “natureza precária da realidade” (Han & Das, 2016: 3). Como afirma Butler (2006), a vulnerabilidade ontológica, que revela a precariedade de todo ser, é produtora das correlatividades entre os sujeitos. A precariedade constitutiva do ser, no entanto, é exacerbada por determinadas condições materiais às quais os sujeitos são submetidos ao longo da História; a indeterminação aqui é parte do real.
3. O condomínio estudado é dominado por grupos milicianos, que regulam econômica e politicamente o espaço e a vida cotidiana de seus moradores.

4. Narotzky e Besnier (2014) chamam atenção para o fato de que, para as classes populares, em muitos lugares a projeção da boa vida está associada à mobilidade geográfica. As várias formas de se fazer a vida são dotadas de dimensões espaço-temporais.
5. Empresa que fornece energia elétrica para a cidade do Rio de Janeiro.
6. Imposto predial e territorial urbano.
7. Para Pina-Cabral (2018), a partir de formas de vida determinadas, cria-se concepções morais sobre a vida digna, a boa vida. Na perspectiva do pluralismo metafísico da vida, o antropólogo deve atentar para a interação e a continuidade entre as diferentes escalas da vida (vida orgânica, formas de vida socioculturais e a vida em sua dimensão moral).
8. Muitos autores em suas etnografias ressaltam como a inauguração, ruptura e inversão de ciclos econômicos produzem impactos concretos na vida cotidiana das famílias, estendendo-se pelas diferentes gerações (Han, 2011; Luzzi, 2017; Rabossi, 2012).
9. Em estudos sobre economias populares na África do Sul, Hull e James (2012) ressaltam que um dos desafios enfrentados pelos trabalhadores que navegam em meio às fronteiras do que é considerado formal e informal consiste em como se gerar capital suficiente para ter dinheiro para comprar o que se vende. Essa questão é, sem dúvidas, fonte das principais angústias cotidianas de minha interlocutora, que não dispõe de capital para “investir” ou “fazer estoque”.
10. Se Arlinda tem como horizonte vender o apartamento e voltar para a favela como forma de contornar o “sufocamento”, seu Joca enxerga “sossego” e “tranquilidade” em um loteamento em Seropédica. A favela e o loteamento são formas urbanas experienciadas pelos pobres como lugares onde as possibilidades de fazer e mudar de vida tornam-se mais concretas.
11. A ideia é chamar atenção para como o esperar e suas capacidades imaginativa e projetiva engendram configurações econômicas em contextos em que, muitas vezes, o Estado produz e distribui de maneira desigual a possibilidade de esperança em relação a “um futuro melhor” e, conseqüentemente, a capacidade de agência.

12. Pode-se perceber uma coincidência dos impactos produzidos pela política habitacional na economia doméstica com os impactos sentidos na economia da esperança de meu interlocutor. Em um contexto de quebra das expectativas para o futuro, reconfiguram-se valores e obrigações morais – nesse caso, a obrigação parental. Diferentes escalas de valor se articulam na vida cotidiana. As práticas econômicas emergem como forma de manter a vida através das gerações (Narotzky & Besnier, 2014: 6). A capacidade de esperar algo para o futuro, segundo os autores, está ligada às condições existentes para reproduzir a vida, ou produzir o próprio valor da vida.
13. Além de questionar a dicotomia entre o formal e o informal, Hull e James (2012) também propõem a desconstrução da dicotomia produção e reprodução social. A casa de seu Joca funciona como espaço destinado tanto à sua atividade produtiva, como à reprodução de sua vida cotidiana.
14. Villarreal (2014) utiliza o conceito para ressaltar o fato de que a mesma quantia monetária pode ser significada diferencialmente em distintos cenários, onde normas e condicionantes prescritas, assim como considerações morais, forjam diferentes regimes de valor.

REFERÊNCIAS

- Alexander, Catherine et al. (2018). Political economy comes home: on the moral economies of housing. *Critique of Anthropology*, 38/2, p. 121-139.
- Berthomé, François et al. (2012). Preface: cultivating uncertainty. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 2/2, p. 129-137.
- Butler, Judith. (2006) *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós.
- Cardoso, Adauto Lucio et al. (2015). A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições. In: Amore, Caio Santo; Shimbo, Lúcia Zanin; Rufino, Maria Beatriz Cruz (orgs.). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 73-102.

Cavalcanti, Mariana. (2009). Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24/69, p. 69-80.

Conceição, Wellington da Silva. (2016). *Minha casa, suas regras, meus projetos: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. PPCIS/Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Das, Veena. (2007). *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press.

Das, Veena. (2018). Ethics, self-knowledge, and life taken as a whole. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 8/3, p. 537-549.

De L'Estoile, Benoît. (2014). "Money is good, but a friend is better": uncertainty, orientation to the future, and "the economy". *Current Anthropology*, 55/9, p. 62-73.

Faulhaber, Lucas & Azevedo, Lena. (2015) *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula

Gutterres, Anelise dos Santos. (2014). *A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ)*. Tese de Doutorado. PPGAS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Han, Clara & Das, Veena. (2016). Introduction: a concept note. In: Das, Veena & Han, Clara (eds.). *Living and dying in the contemporary world: a compendium*. Oakland: University of California Press, p. 1-37.

Han, Clara. (2011). Symptoms of another life: time, possibility, and domestic relations in Chile's credit economy. *Cultural Anthropology*, 26/1, p. 7-32.

Hull, Elizabeth & James, Deborah. (2012). Introduction: popular economies in South Africa. *Africa*, 82/1, p. 1-19.

Luzzi, Mariana. (2017). La financiarización de los hogares bajo el prisma de otras crisis. *Civitas*, 17/1, p. 43-60.

Magalhães, Alexandre & Petti, Daniela. (2018). "Nossa casa está condenada": o recurso à técnica como o modo de gerir populações no Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia da UFSCar*, 10/1, p. 257-274.

Miyazaki, Hirokazu. (2017). The economy of hope: an introduction. In: Miyazaki, Hirokazu & Swedberg, Richard

(eds.). *The economy of hope*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, p. 1-36.

Motta, Eugênia. (2014). Houses and economy in the favela. *Vibrant*, 11/1, p. 118-158.

Narotzky, Susana & Besnier, Niko. (2014). Crisis, value, and hope: rethinking the economy: an introduction to supplement 9. *Current Anthropology*, 55/9, p. 4-16.

Petti, Daniela Ramos. (2016). “Não tem preço, ninguém esquece sua vida assim”: uma etnografia sobre a “luta” contra as remoções de favelas no Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Ciências Sociais/Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Petti, Daniela Ramos. (2020). “Perdi minha casa, aqui eu tenho outra vida”: uma etnografia sobre espaços, sujeitos e economias em um condomínio popular do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Dissertação de Mestrado. PPGSA/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pina-Cabral, João de. (2018). Turning to life: a comment. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 8/3, p. 522-529.

Rabossi, Fernando. (2012). *Quatro gerações: Ciudad del Este na experiência de um vendedor de rua e da sua família* [Comunicação]. 39º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo, SP, Brasil.

Silva, Marcella Carvalho de Araújo. (2017) *Obras, casas e contas: uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. IESP/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Telles, Vera da Silva. (2006). Mutações no trabalho e experiência urbana. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, 18/1, p. 173-195.

Valladares, Licia do Prado. (1980). *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Verdery, Katherine. (2017). Hope turned upside down: how the prospects for a communist utopia were dashed in 1950s Romania. In: Miyazaki, Hirokazu & Swedberg, Richard (eds.). *The economy of hope*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, p. 77- 96.

Villarreal, Magdalena. (2014). Regimes of value in Mexican

Household Financial Practices. *Current Anthropology*, 55/9, p. 30-39.

Zaloom, Caitlin. (2018). How will we pay? Projective fictions and regimes of foresight in US college finance. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 8/1-2, p. 239-251.

Zelizer, Viviana A. (1994). *The social meaning of money*. New York: Basic Books.

“AQUI EU ME SINTO SUFOCADA”: TEMPO E ECONOMIA EM UM CONDOMÍNIO POPULAR DO PROGRAMAMINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)

Palavras-chave	Resumo
Remoção; Reassentamento; Sufocamento; Economia; PMCMV.	O artigo aborda a experiência do reassentamento de pessoas removidas de favelas cariocas, a partir das transformações econômicas que impactam suas vidas. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) produz novas configurações econômicas, na medida em que formas de trabalho e de gestão do dinheiro da casa são afetadas pelas novas condições de moradia. Interrupção de atividades produtivas praticadas na favela, novas contas e taxas a pagar, somadas a um contexto de crise, desemprego e desassalarização, constituem uma sensação de incerteza, traduzida como “sufocamento”, experienciada pelos sujeitos na vida cotidiana. De um ponto de vista etnográfico, discorro sobre as criativas estratégias desenvolvidas a partir das capacidades imaginativas dos sujeitos no contínuo processo de fazer a vida (“melhorar de vida”, “dar futuro aos filhos”), o que abarca projetar o futuro.

“I FEEL SUFFOCATED HERE”: TIME AND ECONOMY IN A HOUSING COMPLEX OF THE “MINHA CASA MINHA VIDA” PROGRAM

Keywords	Abstract
Eviction; Resettlement; Suffocation; Economy; PMCMV.	This paper examines the resettlement experience of those evicted from Rio de Janeiro’ favelas, focusing on the economic transformations that impact their lives. The “Minha Casa Minha Vida” program (PMCMV) produces new economic configurations, insofar as labor venues and house budget management are affected by the new housing conditions. Interruption of productive activities practiced in the favelas, new taxes and bills to pay, added to a context marked by crisis, unemployment and no-salaries, create a feeling of uncertainty, translated as “suffocation,” experienced by the subjects in their daily life. From an ethnographic standpoint, this paper discusses the creative strategies developed by the subject’s imaginative capacities in the process of making a life (“to improve one’s life,” “give one’s kids a future”), including projects for the future.

